

Ao aproximar-se o apagar das luzes da "velha República" — não é de antes de 1930, que também foi chamada assim, mas os vinte anos de ditadura militar — surgiram novas teorias para explicar a inflação e, consequentemente, novas sugestões de política econômica. O traço comum a essas novas teorias era a tendência a superestimar o papel da inflação, atribuindo a esta e à correção monetária a causação profunda de todos os nossos problemas.

Em vão este vosso criado insistiu em demonstrar certas coisas que deviam ser óbvias, pelo menos para os profissionais. Em primeiro lugar, insistia em que a inflação e a correção monetária não haviam impedido uma invejável taxa de crescimento do dividendo nacional. Em segundo, que a inflação aumentava, não quando a demanda era máxima, isto é, nas fases de expansão cíclica, mas quando a mesma demanda era mínima, vale dizer, nas fases recessivas. A inflação continuou a ser apontada como o problema por excelência, por uma comovedora unanimidade de opinião, que ia dos professores de Economia às simples donas-de-casa.

Alguns mestres explicavam que, para acabar com a inflação — e resolver, assim, todos os nossos problemas — bastaria que acabássemos com as variações dos preços relativos. Outros mestres, igualmente eminentes, diziam que a inflação surgira como uma espécie de "deus ex machina", podendo ser mandada embora não menos miraculosamente, visto não ter nenhuma causação profunda, persistindo por simples inércia. O fato apontado por Rangel de que ela subia quando a conjuntura baixava e, ao contrário, baixava quando a conjuntura se elevava, nem sequer merecia uma contestação. A inflação era inercial, e ponto final.

A hipótese de que houvesse, no processo inflacionário uma componente inercial não podia ser descartada a priori. Entretanto, a hipótese de que uma parcela dominante da inflação, ou com maior razão, toda ela, fosse atribuível a um movimento inercial, esta, sim, podia ser recusada. Se por outra razão não fosse, pelo fato de que as variações da curva inflacionária guardavam uma óbvia relação com as mudanças da conjuntura. Ora, se pomos no mesmo gráfico a curva da inflação e as curvas que refletem as mudanças conjunturais — do PIB, da Produção Industrial etc. — a correlação salta à vista.

É certo que, pelo menos neste último quartel de século, essa correlação não é direta, mas inversa, isto é, quando a conjuntura se eleva, a taxa de inflação declina, e vice-versa. Talvez isso tenha induzido em erro os nossos inercialistas, isto é, já que a inflação não se comporta, frente à conjuntura, como deveria, em vez de buscarem a causação profunda dessa aparente anomalia, até porque não é fácil aceitar que os preços subam quando a demanda é

mínima, e vice-versa, podíamos saltar para a negativa pura e simples da correlação entre essas variáveis. Daí a exagerar o papel da inercialidade, que também pode haver, absolutizando-o, vai apenas um passo.

O notório "choque heterodoxo", ao mobilizar o apoio entusiástico das grandes massas populares, pareceu justificar-se, acenando com a possibilidade de uma moeda estável e de uma transparência que o véu monetário retirava aos fatos econômicos. Nossos inercialistas nem sequer viram que, para que o seu "choque" pudesse ter êxito fazia-se mister essa intervenção das grandes massas populares, segundo o princípio enunciado por Karl Marx, segundo o qual, quando as idéias se apossam da consciência das massas, convertem-se em força material. Eles não viram, nem podiam ver isso, porque, se a relativa estabilização da moeda dependia disso, isto é, de que o desejo de estabilização se convertesse numa força material, isso queria dizer que a inercialidade era um mito, não devendo seus efeitos aparentes durarem mais do que o tempo em que estivesse presente a referida "força material".

Longe de mim, porém, a suposição de que o Plano Cruzado foi uma experiência desprovida de significação profunda. Afinal, se antes que se esgotasse o entusiasmo popular tivéssemos agido no sentido de dar consistência ao processo, os resultados práticos finais bem podiam ter sido outros, em vez desse melancólico epílogo que começou com o Cruzado 2. Foi isso o que comecei a sugerir com meu artigo "The Day After", de 23 de março passado, nesta mesma Folha. Mas os nossos

"heterodoxos" estavam demasiado cheios de si para darem atenção ao que dizia uma colega que nem sequer era ministro de Estado.

Mas os meses se passavam, as névoas se dissipavam, e para isso mesmo tive ocasião de pedir a atenção do ministro Funaro, em junho último, quando intervim como debatedor de uma sua conferência comemorativa do décimo aniversário da morte de Juscelino Kubitschek, em Brasília. O entusiasmo dos — e especialmente das — "fiscais do Sarney" esfriava à vista d'olhos, e nada estava sendo posto no lugar da "força material" representada por esse entusiasmo. Obviamente, para muita gente em altos postos decisórios, a fonte do "milagre" que, ao primeiro exame nos havia levado tão perto da cintilante "inflação zero", não estava nesse piebeu entusiasmo, mas nas virtudes da lei — no caso representada pela possibilidade de chorrilhos de decretos leis de discutível legalidade.

Eu estava vacinado contra essa credence ingênuas nas virtudes miraculosas do diploma legal. Afinal, a minha profissão de economista não apagou a minha formação jurídica básica, nem o fato de ser eu filho, neto e bisneto de homens de lei. Na faculdade, um dos livros que maior massa me deixaram foi um opúsculo de um jurista belga com o título

sugestivo de "La Vie du Droit et l'Inutilité des Lois" (A vida do direito e a inutilidade das leis). Sentia vivamente que as leis, sem excluir as Cartas Magnas, são atos homologatórios de mudanças no fundamental já acontecidas, a menos que sejam natimortas, coisa tão frequente na atividade legisferante brasileira. Mas, conhecendo pessoalmente o

presidente Sarney, sabendo que, como a minha, a sua formação básica era o Direito, tanto mais quanto é também filho de juiz, não duvidava de que ele também fosse vacinado contra a credence na lei.

Incansavelmente continuei, pela pena e pela palavra oral, a insistir nas mudanças que me parecem amadurecidas: notadamente a privatização dos serviços de utilidade pública e a única reforma agrária que entra atualmente na ordem natural das coisas, isto é, o oferecimento de um quintal ao bóia-fria, onde ele possa fundar a casa e dar emprego útil ao tempo morto deixado pela monocultura capitalista.

Não duvido de que estamos finalmente enveredando por esses caminhos e de que, em consequência, a fase expansiva da economia, que começou antes da Nova República, tenha o seu seguimento lógico, como parte do movimento cíclico que é. Depois, virá nova fase recessiva, porque do ciclo ao plano vai um longo caminho que apenas começamos a palmilhar. Ora, somente pelo plano escaparemos aos imperativos do ciclo.

Os pósteros — que seremos nós mesmos, num próximo amanhã — trão pelo seu devido valor a brilhante experiência do Plano Cruzado. E podemos estar certos de que seu juízo irrecorrível nem refletirá a beata e espantada admiração dos primeiros meses, nem a generalizada recusa de qualquer mérito, como se está fazendo moda agora, depois do Cruzado 2. Amadurecemos muito, e isto será alinhado como um mérito do inercialismo.

IGNÁCIO DE MOURÃO RANGEL, 72, é economista, membro do Conselho Federal de Economia e autor do livro "A Inflação Brasileira".

aprecia!